

AVALIAÇÃO PLANO DE TRABALHO DA GESTÃO 2012-2014 DO NE-HABURB

O atual mandato do núcleo teve início em 01 de agosto de 2012, tendo permanecido com duas defensoras afastadas para atuação exclusiva até dezembro do mesmo ano, quando passou a contar com três defensoras afastadas.

Analisando o plano de trabalho elaborado para o biênio 2012/2014, observamos que muitas das propostas ali contidas foram cumpridas, ou estão em curso. Especialmente, a linha geral de atuação proposta foi observada.

Igualmente ocorreu no último mandato, no entanto, algumas frentes de atuação, em especial as mais complexas e menos urgentes, receberam menos atenção do que o inicialmente planejado, em virtude do grande número de casos urgentes que chegam ao núcleo constantemente.

Acreditamos, porém que aos poucos essa dificuldade vem sendo vencida, sendo a sua superação uma das prioridades traçadas pela atual gestão. Nesse sentido, dedicamos considerável esforço no sentido de reestruturar a forma interna de organização da Defensoria Pública no que diz respeito à atuação na temática de habitação, urbanismo e questões agrárias, buscando a descentralização dessa atuação especializada. Isso porque acreditamos que essa reestruturação permitirá, de um lado, que essa demanda seja de fato atendida pela Defensoria Pública e, de outro, que as pessoas afastadas para coordenar o núcleo possam se dedicar a questões mais complexas e estratégicas referentes a essa temática.

Feitas essas observações de ordem geral, remetemos à leitura da tabela abaixo, na qual apontamos, a partir das propostas específicas contidas no plano de trabalho dessa gestão, as principais atividades relacionadas a cada uma delas e a avaliação feita pelos integrantes do núcleo sobre o grau de implementação das propostas, bem como os principais desafios relacionados a elas para o próximo período.

São Paulo, 05 de julho de 2014.

ANAÍ ARANTES RODRIGUES

DEFENSORA PÚBLICA

Coordenadora do NE-Haburb de 01/08/2012 a 31/07/2014

Suporte ao defensor público

Plano de Trabalho	Atividades relacionadas	Avaliação da atuação pela Plenária do Núcleo / próximos desafios
Continuar investindo em capacitação dos defensores públicos, por meio da realização, em colaboração com a EDEPE, de novos cursos e fóruns de intercâmbio entre defensores na área	Realização de curso sobre Regularização Fundiária para defensores agentes e público externo.	As experiências foram positivas e tiveram bastante procura. Necessário realizar mais atividades desse tipo, especialmente buscando maior interlocução com demais carreiras jurídicas, principalmente Judiciário e MP.
	Realização do Seminário: "Implementação dos Instrumentos de Regularização Fundiária: Experiência Práticas e o Papel do Poder Judiciário" junto com IBDU e MJ.	
	Embora não seja uma proposta prevista no plano, o núcleo está organizando a 1ª Revista de Direito Urbanístico da Defensoria Pública.	Os textos foram encaminhados à EDEPE, necessário acompanhar a conclusão do processo.
Continuar compilando e remetendo informações técnico-jurídicas aos defensores públicos	No período foram enviados aos defensores públicos e servidores boletins informativos com notícias, jurisprudências e modelos de peças, bem como parecer do núcleo sobre possibilidade de CUEM ou Usucapião em imóvel da CDHU e COHAB, elaborado a partir de demanda apresentada em visita à unidade de Itaquera, bem como orientações com relação a partilha de imóveis da COHAB e da CDHU em divórcio/dissolução de união estável, a partir de questionamento enviado por defensora pública que atua na família.	Acreditamos ser importante incrementar essa atuação. Necessário aumentar a frequência do envio de material, bem como fazer mais visitas às unidades, ao menos até que seja criada a função de Coordenador de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias. Avaliou-se que seria interessante o envio do Informativo com periodicidade bimestral, ou em razão de situação extraordinária.

Plano de Trabalho	Atividades relacionadas	Avaliação da atuação pela Plenária do Núcleo / próximos desafios
<p>Manter e aprimorar os mecanismos de suporte à atuação direta dos defensores, mantendo um banco de peças, doutrina e jurisprudência atualizado no site.</p>	<p>No período o subportal foi atualizado com modelos de peças, jurisprudência, doutrina, publicações do núcleo. Ademais, o núcleo permanece à disposição das unidades para suporte, respondendo prontamente às solicitações dos defensores, em geral feitas por telefone ou e-mail. Também iniciou um processo de visitas a unidades para discutir alguns casos que a unidade acompanha, atuação que parece ter sido muito bem recebida.</p>	<p>Com relação ao portal, necessário continuar esse trabalho, eventualmente tornando o portal mais interessante (mas isso em parte depende do suporte tecnológico, que passa por CTI e CCSAI). Na plenária de avaliação, membros apontaram problemas do site, especialmente no que diz respeito à dificuldade de pesquisa de modelos de peça. Sugestões: melhorar as ementas dos modelos, incluir peças individuais. Sobre as visitas, é importante o núcleo encontrar uma maneira de estar mais próximo aos defensores das unidades, especialmente enquanto não forem criados os coordenadores regionais, já que depois disso esse parece ser um caminho natural.</p>

Auxílio ao defensor público

Plano de Trabalho	Atividades relacionadas	Avaliação da atuação pela Plenária do Núcleo / próximos desafios
Aperfeiçoar os canais de diálogo entre a Defensoria Pública e os movimentos sociais.	O núcleo manteve-se, como nas demais gestões, de portas abertas para receber os movimentos sociais e suas demandas, valorizando espaços de construção conjunta. Nesse sentido:	Acreditamos que a manutenção desses canais de diálogo é fundamental, pois enriquece e fortalece não só os movimentos como a atuação da Defensoria. Trata-se, porém, de um exercício permanente, que passa não só por de fato ter canais de fácil acesso à Defensoria, por meio do qual se criem relações de troca e parceria, mas também dar um retorno com relação às demandas trazidas, sob pena de se cair em descrédito. O diálogo deve ser franco, e a Defensoria deve ser capaz de acolher os movimentos em suas demandas, sem gerar falsas expectativas de sucesso nelas. Deve, por exemplo, não só fazer a ponte dos movimentos com o mundo jurídico, mas ajudá-los a se empoderar desse mundo, compreendendo sua linguagem e suas limitações. No período, procuramos nos pautar por essas premissas. Atuação que deve ser mantida e aprimorada, estando a necessidade de aprimoramento especialmente na maior presença da Defensoria Pública nas comunidades.
	Organizou a IV Jornada da Moradia Digna, em conjunto com uma série de parceiros	
	Participou de um coletivo (junto com movimentos sociais, entidades e urbanistas) para discutir e atuar na questão da proposta de programa de Parcerias Público Privadas para construção de moradia no centro.	
	Participou de um coletivo (junto com movimentos sociais, entidades e urbanistas) para debater e atuar na questão da Revisão do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo.	
	Participou ativamente da organização da Conferência Estadual da Defensoria Pública, na qual a sociedade civil ajuda a traçar os rumos da Defensoria, e do núcleo, no próximo período.	
	Instruiu Procedimentos Administrativos sobre cada proposta aprovada na Conferência, como forma de dar uma resposta em relação aos pleitos concretos apresentados pela sociedade civil.	
Participou do GT Jurídico do Comitê Popular da Copac		

Plano de Trabalho	Atividades relacionadas	Avaliação da atuação pela Plenária do Núcleo / próximos desafios
<p>Atender as comunidades que serão atingidas por intervenções urbanísticas de forma a propiciar o diálogo da comunidade com o Poder Público, evitando-se que haja intervenção urbanística sem prévio plano de urbanização e, quando necessário, reassentamento em áreas próximas, dotadas de infraestrutura, sempre precedida de participação popular.</p>	<p>Todas as comunidades que seriam atingidas por intervenções urbanísticas que procuraram a Defensoria Pública foram atendidas, sendo que a atuação nesses casos sempre se pauta pela priorização de soluções extrajudiciais, por meio do diálogo com o Poder Público, bem como pelos princípios de participação popular, planejamento prévio, remoção com última opção e reassentamento das famílias. Nem sempre, no entanto, a atuação da Defensoria Pública é exitosa. Como exemplo, cite-se o acompanhamento do processo de remoção das famílias em razão da construção do trecho norte do Rodoanel e do Monotrilho (Buraco Quente e Comando), além da situação da favela da Paz.</p>	<p>Avaliou-se ser importante manter a forma de atuação nessa seara, nos casos específicos. Interessante ampliar, no entanto, a atuação estratégica no sentido de construir marcos normativos e procedimentos padrão, por parte do Poder Público, para que as intervenções desse nas comunidades sempre se pautem pelos princípios elencados. Isso foi feito, em alguma medida, no processo de discussão do Plano Diretor da Cidade de São Paulo.</p>

Plano de Trabalho	Atividades relacionadas	Avaliação da atuação pela Plenária do Núcleo / próximos desafios
<p>Discutir com o restante da carreira sobre a efetivação da deliberação 139, ou mesmo sobre outras formas de efetivar, preferencialmente de forma descentralizada, a tutela coletiva de direitos afetos à temática da habitação e urbanismo, abrangendo-se a questão dos conflitos agrários.</p>	<p>O núcleo participou ativamente de diversas discussões com a 1ª Subdefensoria e demais coordenadores de núcleo sobre tutela coletiva, atribuições e demandas indelegáveis, assuntos intrinsecamente ligados a essa proposta. Nesse processo, esse coletivo encaminhou consulta aos colegas das unidades sobre proposta de fixação de ações indelegáveis, que devem ser assumidas diretamente pela Defensoria. Essa proposta foi apresentada ao CSDP.</p>	<p>Atualmente a proposta encontra-se em discussão no Conselho Superior, tendo sido aberto prazo para consulta pública. O núcleo precisa acompanhar esse processo de discussão e estar à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos, bem como atuar pela aprovação da proposta.</p>
	<p>Encaminhamento de proposta de criação da função de Coordenador de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias ao CSDP, como forma de garantir o atendimento descentralizado da tutela de demandas ligadas a essa área de atuação.</p>	
	<p>Sabendo que essa atuação descentralizada passa pela devida estruturação das unidades, essa sempre foi um preocupação do núcleo que, por exemplo, acompanhou os processos de distribuição de cargos, chegando a se manifestar pela necessidade de que toda unidade tenha ao menos um defensor que atue exclusivamente na área cível/Fazenda Pública.</p>	

Plano de Trabalho	Atividades relacionadas	Avaliação da atuação pela Plenária do Núcleo / próximos desafios
<p>Buscar formas de garantir que a população socialmente vulnerável tenha acesso amplo e irrestrito aos programas de financiamento público para aquisição de unidades habitacionais.</p>	<p>A partir de instrução de procedimento administrativo instaurado em razão de proposta aprovada na Conferência, elaboração de recomendação para que a Prefeitura garanta a transparência na lista de pessoas aguardando na fila para atendimento.</p> <p>Participação de reunião da comissão de Moradia do Condege com o Ministério das Cidades no qual foram apresentadas informações sobre o Programa Minha Casa Minha Vida</p>	<p>A principal reivindicação dos movimentos sociais nessa pauta é certamente a questão da transparência. O que o núcleo avaliou, dessa forma, é que essa é a questão central a ser enfrentada, e que, a partir do momento em que os dados referentes ao tempo de espera forem conhecidos, poderemos avaliar o que mais pode ser pleiteado em termos de planejamento da política pública de aquisição de moradia por meio de financiamento público. Em caso de não cumprimento da promessa de publicização da lista em 30 dias, a contar de 28 de julho, provavelmente será necessária a propositura de ação.</p>
<p>Atuar junto ao Poder Público postulando a implementação de políticas públicas habitacionais, especialmente nas áreas demarcadas como ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), áreas centrais e de mananciais.</p>	<p>Trata-se de proposta aprovada em diversos ciclos de Conferência, mas que está mais relacionada a uma forma de atuar permanente do que com uma proposta concreta. O núcleo possui uma serie de Procedimentos Administrativos que tratam sobre área de ZEIS, áreas centrais e mananciais, nos quais sempre se pauta pela necessidade de que o Poder Público implemente políticas habitacionais. Ademais, no macro, nossa atuação na aprovação do Plano Diretor, por exemplo, pautou-se pela premissa de garantia de atendimento habitacional especialmente das famílias incluídas na faixa 0-3 salários mínimos, dentre as quais muitas das que trata essa proposta. Por fim, concretamente, foi instaurado o PA 27/2011, que trata das ZEIS do Centro da Cidade de São Paulo, cuja ideia é trabalhar com um caso paradigmático de prédio demarcado como ZEIS abandonado no centro, pleiteando sua devida utilização.</p>	<p>No próximo período o núcleo deve continuar atuando nesse sentido, nos casos específicos. É interessante pensar, entretanto, outras formas de atuar nesse sentido de forma estratégica, por exemplo, cobrando que o Poder Público tenha um planejamento claro com relação à política pública habitação e a cumpra. Dois PAs que tratam dessa questão são o PA 08/2013, que pretende fiscalizar se a prefeitura efetivamente adota as medidas para garantir a aplicabilidade das normas de indução da função social da propriedade e o PA 26A/11, que trata sobre a fila de espera dos programas de atendimento habitacional.</p>

Plano de Trabalho	Atividades relacionadas	Avaliação da atuação pela Plenária do Núcleo / próximos desafios
<p>Atuar, extrajudicial e judicialmente, nos mega projetos e Copa de 2014, com vistas a salvaguardar o direito à moradia e o direito à cidade de forma a evitar despejos forçados e os efeitos da especulação imobiliária, em especial em áreas definidas pelo Plano Diretor como ZEIS (Zona de Especial Interesse Social).</p>	<p>O núcleo de habitação e urbanismo acompanhou a situação jurídica das comunidades que seriam despejadas em razão de obras oficiais da Copa - Buraco Quente e Comando (construção do Monotrilho). Acompanhou também a situação da Favela da Paz, que seria removida para construção de parque próximo ao Itaquerão, e a construção do trecho norte do Rodoanel, obras identificadas pelo Comitê Popular da Copa como relacionadas à Copa, embora não o sejam oficialmente.</p>	<p>Com relação à Copa do Mundo, a necessidade de acompanhamento por parte da Defensoria Pública se encerrou em julho, com o encerramento do evento. Com relação a demais megaprojetos, faz-se necessária a permanente atenção do núcleo para essa questão e sua disposição para atuar nesses casos.</p>
	<p>Acompanhamento de reuniões do GT Jurídico do Comitê Popular da Copa</p>	
	<p>Organização, junto com Ministério Público Federal, a pedido do Comitê Popular da Copa, de Audiência Pública para tratar do tema Copa do Mundo.</p>	
	<p>Exclusivamente com relação à Copa, não relacionado ao problema de moradia, participamos, em conjunto com outros núcleos, 1ª Subdefensoria, Ouvidoria e CCSAI, da Comissão da Defensoria na Copa, para fiscalizar e atuar em eventuais violações de direitos humanos praticados no período, em especial contra o direito à manifestação.</p>	

Plano de Trabalho	Atividades relacionadas	Avaliação da atuação pela Plenária do Núcleo / próximos desafios
Elaborar folders/cartilha que promovam a educação em direitos na área afeta ao núcleo, tal como foi feito na atual gestão.	No período foi elaborado um folder sobre enchente e uma cartilha sobre Regularização Fundiária.	Trata-se de material interessante a ser trabalhado com as comunidades. Interessante identificar novos temas de interesse para elaboração de novas publicações, especialmente folders. Na última reunião da gestão a plenária deliberou pela elaboração de folder sobre direitos e deveres de condôminos, com foco especialmente no público de empreendimentos da COHAB e CDHU.
Fortalecer a integração das ações da Defensoria Pública e dos núcleos para que a próxima Jornada da Moradia integre outros temas de Direitos Humanos.	Constou no plano em razão de proposta aprovada no III Ciclo de Conferências. Foi feito convite a todos os coordenadores de núcleos para darem oficinas que fizessem uma relação entre os temas de seus respectivos núcleos e a questão da habitação. Deram oficinas os núcleos de Discriminação, Racismo e Preconceito, Defesa dos Direitos da Mulher e Situação Carcerária. Além disso, o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania participou de umas das mesas do Seminário.	A integração foi bastante positiva para a Jornada. Interessante manter para a próxima edição.

Articulação política

Plano de Trabalho	Atividades relacionadas	Avaliação da atuação pela Plenária do Núcleo / próximos desafios
Articulação com outras instituições e entidades do setor para defesa do direito à cidade e à moradia, em âmbito local e nacional.	Durante todo o período o núcleo manteve a postura de abertura para articulação com outras entidades /instituições que atuam com o direito à cidade e à moradia, com o objetivo de atuar conjuntamente na defesa desses direitos. A realização da jornada, o grupo para discutir as PPPs de moradia do Centro e o Plano Diretor Estratégico, a colaboração com o lançamento do "Observatório das remoções", a participação dos debates em torno dos impactos da Copa 2014 e da reforma do Código de Processo Civil são exemplos desse tipo de atuação conjunta.	No futuro, acredita-se que o núcleo deve manter aberto o canal de diálogo com esses setores, bem como continuar pautando-se por agregar esforços nas pautas que nos aparecem como para nos contribuir com pautas que nos são apresentadas.
Participação em processo de elaboração de propostas de alterações legislativas que favoreçam a defesa dos direitos à moradia e à cidade, bem como acompanhamento de propostas afetas à temática.	No período o núcleo acompanhou de perto processo de discussão do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo, bem como de discussão de alterações do Código de Processo Civil, em Brasília. Além disso, atuou pela aprovação do PL 572/05, na Assembléia Legislativa de São Paulo, que propõe a criação de uma comissão para acompanhamento de despejos. Essa proposta ainda não foi exitosa, especialmente porque o autor do PL (deputado Simão Pedro) se afastou da Assembléia Legislativa para assumir uma secretaria municipal e não conseguimos articular que outro deputado o "apadrinhasse", razão pela qual ele se encontra parado na assembléia, embora esteja pronto para ir a plenário.	Essa atuação precisa ser aprimorada, já que a atuação do núcleo em acompanhamento legislativo é bastante importante. Para o próximo período sugere-se, como ponto de partida nesse ponto: 1) retomar e aprimorar a atuação no PL 572/05; 2) atuar, em conjunto com Comissão de Moradia do Condege e Ministério da Justiça, para inclusão da posse na lei de desapropriações.

Plano de Trabalho	Atividades relacionadas	Avaliação da atuação pela Plenária do Núcleo / próximos desafios
Participação efetiva na Comissão de Regularização Fundiária do CONDEGE.	No período o núcleo acompanhou ativamente a Comissão. Apenas esse ano deixou de ocupar função diretiva na comissão, sendo que representantes do núcleo já foram representantes da região sudeste, secretária geral e coordenadora da Comissão, além de termos participado de todas as reuniões. Para além da representação formal, São Paulo é um dos Estados que mais colabora, na prática, com a comissão.	No próximo período, acreditamos que o núcleo deve manter sua atuação perante a comissão, especialmente sabendo focar esforços em atuações concretas que podem render frutos para o direito à moradia e à cidade em São Paulo e no país. Um exemplo é a alteração da lei de desapropriações, para incluir a posse como passível de indenização.

Plano de Trabalho	Atividades relacionadas	Avaliação da atuação pela Plenária do Núcleo / próximos desafios
<p>Manutenção, com constante aprimoramento, dos convênios hoje existentes (com Escritório Modelo da PUC e o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos), sem prejuízo da elaboração de novas parcerias.</p>	<p>Sempre trabalhamos com esses convênios partindo da premissa de que, para além de um mecanismo de encaminhamento de casos, eles se mostram importantes por manter um canal aberto de diálogo e troca de experiências entre a instituição e os conveniados, de fundamental importância. Nesse sentido, estabelecemos uma dinâmica de realização de reuniões bimestrais com o Escritório Modelo da PUC. A intenção era fazer o mesmo com o Gaspar Garcia, mas a dinâmica não se concretizou, especialmente por inexistir casos conjuntos.</p>	<p>Sobre o convênio com o Escritório Modelo da PUC e com o Gaspar Garcia, por se tratarem de convênios jurídicos, inevitavelmente, conforme a Instituição cresça, eles perderão sua razão de ser, especialmente nos moldes em que estão formulados. Isso não deve acontecer subitamente, mas é importante termos isso em mente, bom como os parceiros, para ninguém ser surpreendido com uma não renovação de convênio. Por ora, o convênio com o Gaspar foi reformulado, para reduzir a quantidade e tornar mais complexas as demandas atendidas, o que atende a uma demanda da entidade, sendo que a mesma redução ocorreu no convênio com o Escritório Modelo da PUC no ano passado. Importante o núcleo e as entidades conveniadas saberem distinguir a relação entre entidades conveniadas e parceiros. Os convênios podem vir a deixar de existir um dia, mas as parcerias com o Gaspar Garcia e com o EM-PUC, entidades importantes na atuação pelo direito à cidade e à moradia, devem ser mantidas.</p>

Plano de Trabalho	Atividades relacionadas	Avaliação da atuação pela Plenária do Núcleo / próximos desafios
<p>(Continuação) Manutenção, com constante aprimoramento, dos convênios hoje existentes (com Escritório Modelo da PUC e o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos), sem prejuízo da elaboração de novas parcerias.</p>	<p>Acompanhamos pedido encaminhado à assessoria de convênios solicitando a realização de convênio com órgãos, ONGs ou instituições que possam dar apoio técnico às demandas na área de habitação e urbanismo. O pedido baseia-se na constatação de que temos muitos casos em que necessitamos desse apoio técnico, em especial da realização de perícias, que o convênio já existente com o CREA não consegue atender, diante da complexidade. Recentemente foi realizada uma reunião sobre isso com o IPT para tratar sobre o assunto e acertar maiores detalhes.</p> <p>No período foram realizadas reuniões com representantes do Itesp para discutir viabilidade de convênio para regularização fundiária. Itesp ficou de apresentar uma unidade piloto, não apresentou, então por ora o procedimento se encontra arquivado.</p>	<p>Ao que tudo indica, existem boas chances do convênio com o IPT ser elaborado. Importante o núcleo acompanhar de perto esse processo para garanti-lo, uma vez que se trata de um grande passo para a Instituição, não só para o núcleo.</p> <p>Caso haja retomada do diálogo por parte do Itesp, a princípio parece ser uma parceria interessante, se a atuação for implementada em uma unidade que tenha condições/interesse de assumir o trabalho cotidiano. A se avaliar a partir do caso concreto.</p>